

A INCORPORAÇÃO SUBALTERNA BRASILEIRA AO CAPITAL-IMPERIALISMO

Por Virgínia Fontes*

Ao longo dos últimos 30 anos, várias pesquisas trouxeram enorme contribuição para compreender a formação social brasileira e permitiram vislumbrar sua aproximação à forma predominante no mundo contemporâneo, o capital-imperialismo. As características que sublinharemos dizem respeito tanto à escala crescente da concentração de capitais sob o predomínio do capital portador de juros internamente (solidária à sua dominação externa sobre o Brasil), quanto ao impacto da expropriação primária (expropriação do povo do campo) no Brasil, que perdurou todo o século XX, ao lado de avassalador avanço de expropriações secundárias realizadas nas últimas décadas do século XX e que ainda tendem a se aprofundar. Compreender o processo brasileiro atual exige incorporar e ir além de tais indicadores, averiguando a *forma da política*, isto é, a maneira pela qual se organizam, formulam e expressam as vontades socialmente organizadas, identificando os principais fulcros de luta social. A forma da política inclui, para além dos partidos, o conjunto da sociedade civil, pensada enquanto espaço de luta de classes, como sugeriu Gramsci. A sociedade civil não se contrapõe ao Estado, mas o integra, ampliando-o.

A plena expansão do capitalismo no Brasil ocorreu sem a interveniência de uma revolução burguesa de cunho nacionalista ou democrática. Sua posição de dependência econômica frente aos capitais estrangeiros e, em especial, aos Estados Unidos, permitiu porém longa persistência de dúvidas sobre se existiria aqui ou não capitalismo. A clarificação da composição heteróclita, que o capital-imperialismo permite identificar, nos leva admitir que, no bojo de sua expansão a partir dos pólos dominantes, em especial os Estados Unidos, se tenham constituído novos pólos também capital-imperialistas, embora subalternos. Tais resultados não foram necessariamente desejados ou fruto de uma atuação intencional de capital-imperialistas singulares, ou dos Estados, eventualmente mais propensos à modalidades neo-coloniais. A incorporação ao capital-imperialismo ocorreu na medida em que o Brasil reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia frente a pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias populares.

Em outros termos, a situação atual do Brasil parece resultar de novos processos de incorporação de países retardatários. Agudizam-se antigos contrastes, como o escasso suporte popular interno para tais vãos, tanto pela penúria de grande parte da população brasileira, quanto por uma forte tradição popular antiimperialista. Contradições intraburguesas não são pequenas, dado o controle estatal das burguesias internas contraposto ao poderio *externo e interno* dos capitais estrangeiros e de suas formulações políticas, culturais e ideológicas. O contorcionismo realizado pelas burguesias brasileiras e suas associadas forâneas, entre a obediência à dependência subalterna e as necessidades de sua própria reprodução enquanto classe capital-imperialista com base no Brasil volta a se constituir em fonte de tensão entre setores burgueses, expressos por

exemplo nos debates que cercam a condução da política exterior brasileira. Tais debates tendem, entretanto, a configurar-se como oposições fictícias, isto é, como uma disputa de posições no interior do mesmo terreno, constituindo-se uma direita dura para para fora mas com algum alívio social no contexto interno, e uma esquerda para o capital, mais maleável e plástica no trato com os países periféricos, embora olvidada de suas próprias origens, ou das reivindicações igualitárias. Tornam-se assim apenas a face esquerda e direita do mesmo processo (Coelho, 2005).

A democracia, demarcada como processos eleitorais nos quais entram em jogo os direitos civis, políticos e sociais, mas não a existência do capital, embora resulte de conquista significativa das lutas sociais desde o século XIX, foi desde seus primórdios fortemente domesticada e domesticadora. Sob o capital-imperialismo travou-se uma enorme batalha em torno de sua limitação, para adequá-la às condições da expansão internacional do capital sob a Guerra Fria, o que permitiu período de prolongado alívio às classes trabalhadoras dos países centrais e seu aceno distante aos demais países. Uma vez consolidadas tais condições – internacionalização da propriedade do capital e de suas condições de exploração, sem prejuízo de sua base estatal, em paralelo ao encapsulamento nacional dos trabalhadores – as pressões expropriatórias voltaram a incidir, sempre de maneira desigual, mas agora voltadas também contra as populações dos países centrais.

Gradualmente, as exigências de socialização da política nos âmbitos nacionais deixavam de corresponder à socialização efetiva do processo produtivo, posto que este tendia a ocorrer crescentemente em âmbitos inter-trans-multi-nacionais. Esse fator opera como potente limitador do alcance das lutas dos trabalhadores e dos setores populares e como fermento de racismos e de xenofobias.

Não obstante, a questão democrática continuou atravessando todo o século XX e persiste no século XXI como elemento ideológico, político e cultural fundamental, como aspiração das grandes massas populares nos mais diferentes quadrantes. Ora, suas condições fundamentais se transformaram. Em lugar de uma ampliação internacional do escopo democrático, ocorreu seu enrijecimento nos quadros estatais, inclusive nas situações de unificação entre países, como a da União Européia. Reafirmava-se a luta eleitoral como a *única possível* e legítima, ainda que essa via jamais tenha sido respeitada, como se observa através dos inúmeros precedentes abertos quando eleições geraram situações inadmissíveis para o capital (casos, por exemplo, na América Latina, como Granada, Chile, Haiti e, mais recentemente, Honduras; mas também na relação obscura com a constituição européia, diversas vezes recusada em plebiscitos).

O que Gramsci analisou para os Estados Unidos e a Europa de seu tempo, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, se tornaria a forma cosmopolita por excelência da política do capital, organizada tanto nos diferentes planos nacionais, quanto em agências e entidades internacionais. Verdadeiras *frentes móveis de ação internacional* se multiplicavam, ao mesmo tempo procurando capturar as reivindicações igualitárias no plano internacional e reconvertê-las em formas anódinas ou, mais grave, em espaços de atuação lucrativa.

Apresentaremos alguns desses aspectos para o caso brasileiro, enfatizando o papel das lutas de classes e o crescimento peculiar da sociedade civil como espaço de embates sociais e de dominação. Esta vem se constituindo em locus privilegiado de elaboração de estratégias de convencimento burguesa voltadas para a organização de uma

sociabilidade adequada ao enorme salto para a frente na escala da acumulação de capitais realizado internamente. Em outros termos, estamos lidando com a construção de uma hegemonia burguesa no país, voltada para assegurar a governabilidade para o capital (estabilidade das regras do jogo econômico), qualquer que seja sua origem nacional, tanto para sua atuação interna quanto externa. Para compreender tais modificações, é essencial apresentar a forma histórica peculiar da *ampliação seletiva* do Estado realizada no Brasil, através da expansão de aparelhos privados de hegemonia patronais e burgueses integrados ao Estado, contraposta a extrema repressão dirigida contra as formas da associatividade popular.

Um Estado ampliado mas seletivo

Nas brechas e contradições do imperialismo no pós II Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, ocorreu uma complexa, desigual e contraditória expansão do conjunto das relações sociais capitalistas no Brasil. A existência de tensões entre as diversas frações das classes dominantes brasileiras contava com uma razoavelmente precoce rede associativa inter-burguesa, já pré-existente, calcada no modelo estadunidense (e contando com o apoio de entidades daquele país), mas que geraria desdobramentos próprios. Essa diversidade de entidades interburguesas favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes frente às situações de crise, internas e externas, abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes entre elas de forma a simultaneamente impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando a sobrevivência de setores menos ágeis, amparando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa. Este tema foi magistralmente explorado por Francisco de Oliveira, no seu ensaio *Crítica à Razão Dualista*, no qual demonstra que a expansão da industrialização no Brasil não resultou do embate entre o setor industrial e o agrário, mas ocorreu através de “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'” (OLIVEIRA, 2003:32). Essa simbiose complexa não resultava mecanicamente de imposições externas com as quais, aliás, as burguesias brasileiras nem sempre atuaram em sintonia. O caráter dependente das burguesias brasileiras jamais foi superado, porém mesmo em meio à subordinação, as classes dominantes brasileiras nutriam-se também das contradições externas. A industrialização brasileira, marcadamente dependente, foi concebida “*internamente* pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar a expandir a hegemonia destas na economia brasileira” (Id:75, grifos do autor). Oliveira detalha a importância do desenvolvimento desigual e combinado para os anos 1930-1970, assinalando o pacto não declarado, porém central, que atravessou o período, pacto que assegurou a preservação da grande propriedade (urbana e rural) imbricando-a à industrialização, o que garantiu a conservação do latifúndio rural e de intensa exploração dos trabalhadores, a começar pelos trabalhadores rurais, aos quais foi negado inclusive o estatuto social de 'trabalhadores'.

Mesmo anteriormente ao processo de industrialização, desde finais do século XIX e, sobretudo, inícios do século XX, apesar de uma economia dominada pela monocultura, pelo latifúndio e pela exportação de produtos primários disseminavam-se no país, a partir da classe dominante agrária latifundiária e retrógrada, diversas redes de organização empresarial com perfis distintos. Alinhados ao setor agro-exportador em momentos cruciais, sobretudo quando se defrontavam com as nascentes organizações de trabalhadores, entidades patronais rurais implementaram uma pauta de reivindicações diversificada e diversificadora, assim como introduziram demandas de organização do Estado com um teor distinto do proposto pelo setor agro-exportador (cafeicultor,

sobretudo). Esse processo foi detalhadamente rastreado para um período de mais de cem anos, nas pesquisas realizadas por Sonia Regina de Mendonça [1], e aponta para uma *precoce organização de aparelhos privados de hegemonia de diferentes setores da classe dominante agrária*, através da Sociedade Nacional de Agricultura-SNA, reunindo grandes proprietários de todo o país voltados para a produção de gêneros destinados prioritariamente ao mercado interno, contrapostos à Sociedade Rural Brasileira-SRB, que agremiava grandes proprietários paulistas, fundamentalmente cafeicultores voltados para a exportação.

A SNA se implantou a partir de extensa rede nacional, com intensa atuação técnica, política e ideológica. Contava com publicações próprias que consolidavam e difundiam uma pauta política, culminando com a implantação de um aparelho estatal que permaneceu sob sua direção, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC); os grandes proprietários nela reunidos formularam e implementaram centros para a formação de técnicos e de dirigentes agrícolas, inclusive no ensino superior, e atuaram intensamente no adestramento de mão de obra rural, de maneira adequada a seus propósitos. A intensidade da contraposição entre as duas agremiações, SNA e SRB mostra como foi heterogênea a disputa travada entre elas, e como suas posições conflitivas, em última instância, conduziram o processo a expandir as fronteiras da acumulação de capitais e a coligar diferentes formatos de industrialização sem ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial. A esse formato “moderno” de organização burguesa, correspondia a mais extrema truculência frente às tentativas de organização popular e, sobretudo, frente a qualquer forma de protesto, tema que predomina em toda a literatura sobre as primeiras décadas da história republicana brasileira e cujo exemplo clássico é o livro de Vitor Nunes Leal (1975: passim).

Exatamente o setor auto-proclamado moderno, paulista, enfatizando o uso da tecnologia e diversificando a produção industrial, mantinha-se na ponta do setor agro-exportador, tema já fartamente explorado na bibliografia brasileira sobre a cafeicultura paulista. Lastreado num discurso de cunho mais liberista (do ponto de vista econômico), relacionava-se de maneira mais direta do Estado (por exemplo, através do Convênio de Taubaté, em inícios do século XX), enquanto muitas mediações desembocando diretamente no Estado eram produzidas pelo setor mais 'atrasado'. O setor predominante agrário-exportador cafeicultor, moderno, cientificista e industrializante, reunido na SRB, precisava de, e apoiava-se na ossatura do Estado que se constituía através da atividade rival da SNA. Em finais do século XX, a intensa industrialização do campo brasileiro modificaria, enfim, a estrutura representativa das diversas frações dessa burguesia e, sem eliminar suas antecedentes, teria como fulcro a Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB, portavoz do agronegócio estreitamente associado aos grandes capitais multinacionais internacionais, porém agregando em seu interior expressivas parcelas da grande burguesia agro-industrial brasileira.

Embora não dispondo de estudos tão detalhados e de tão longo alcance para outros setores da burguesia brasileira, já há uma extensa série de pesquisas que mostram o alcance da organização burguesa no Brasil em diversos setores, em períodos diferenciados. Vale mencionar o papel da atividade burguesa no adestramento da força de trabalho, através do sistema S (inicialmente, Sesi, Sesc e Senai), instituído em 1942 [2], e a seletividade do Estado, permitindo a dupla representatividade empresarial (a corporativa e a autônoma) ao longo de todo o período 1946-64 (LEOPOLDI, 2000), enquanto reprimia duramente qualquer formato autônomo de representação dos trabalhadores; a enorme expansão, a partir dos anos 1950, da implantação de organizações empresariais

especializadas, de abrangência territorial nacional (Cf. DINIZ, 1978; BOSCHI, 1979; BOSCHI, DINIZ & SANTOS, 2000; DINIZ & BOSCHI, 2004), sem falar da centralidade ocupada pela Federação das Indústrias de São Paulo-FIESP.

Um estudo crucial sobre o alcance das organizações patronais e de seu papel político permanece o de René Dreifuss (1985). Ele rastreia e explicita a extensa rede de entidades associativas empresariais e patronais reunidas em torno do IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) no período anterior ao golpe de Estado de 1964, que agregou a iniciativa *interna* de organizações empresariais brasileiras de diferentes portes e origens regionais, imbricando-se com segmentos do Estado (sobretudo militares da Escola Superior de Guerra-ESG) e a intervenção *externa*, através do apoio de diversas entidades estadunidenses (privadas e/ou governamentais) por elas convocadas para a sustentação de uma quartelada objetivando a destruição sistemática das entidades populares e das conquistas democráticas que procuravam empreender no âmbito do Estado.

Tal organicidade burguesa, entretanto, defrontou-se ao longo de todo o século XX com duras e intensas lutas populares que, apesar da enorme disparidade de forças e da repressão permanentemente exercida sobre as organizações sindicais e populares (MATTOS, 2003 e 2004), lograria suscitar a urgência de profundas modificações no próprio aparato do Estado.

A questão democrática: revoluções passivas e fuga para a frente

Com razão Guillermo O'Donnell (1988:75-7) espantava-se dessa “peculiar presença” burguesa, geradora de uma história eternamente realizada pelo alto e de cima para baixo, ao lado de um “hiato” ou “ausência relativa” das classes dominadas no processo político. Ora, o cerne do processo que culmina no século XXI e no capital-imperialismo brasileiro não seria compreensível, se desconsiderarmos as importantes lutas de classes, ocorridas em condições extremamente desiguais e da *repressão seletiva* que sofreu o conjunto da classe trabalhadora brasileira (FONTES, 2005: 179-200).

O século XX inteiro foi marcado por fortes lutas populares rurais e urbanas, cujo teor se modificaria no compasso das transformações econômicas que os trabalhadores sustentaram (com o suor de seu trabalho) e que sofreram política e socialmente. Três períodos cruciais para a história do Brasil foram de intensas lutas com crescente teor classista, impulsionados por forte reivindicação igualitária e democratizante : 1920/35, 1955/64 e 1975/89. Somente levando tais lutas em consideração é possível compreender contra o que se abatia a violência da reação proprietária e porque apenas o uso da coerção seria impotente. Em cada um desses contextos, os espaços sociais anteriores eram estreitos para conter sequer uma incorporação subalterna dos setores populares: a violência estatal atuava procurando castrar a autonomia das formas organizativas populares, implementando alguns direitos, de maneira fragmentária, com escassa abrangência nacional e sob alto grau de controle patronal.

Nos três períodos, embora com graus diversos, a repressão se abateu tanto mais violentamente quanto maior foi a tendência a uma aproximação entre os setores urbanos e os rurais. Após a degola de suas lideranças, urgia entretanto 'pacificar' tais setores populares, o que se realizou através da formulação legal de direitos, ainda que amputados da capacidade socialmente transformadora que originalmente continham. Para tanto, era preciso realizar seguidos saltos para a frente em termos da acumulação

de capitais, de maneira a assegurar a coesão inter-elitária, do ponto de vista econômico e político, mas também o controle e a adesão, para além do silenciamento, de segmentos populares.

As primeiras décadas do século XX foram de intensas lutas populares urbanas, ao lado de duras revoltas camponesas que contaram com quase nulo apoio urbano. Nos anos 20, a Coluna Prestes e o Bloco Operário e Camponês demonstraram o quanto o mundo popular rural, ainda que escassamente organizado, figurava como elemento crucial para as principais organizações de trabalhadores, de teor urbano. E foram essas lutas que geraram, sob uma ditadura implementada exatamente para contê-las, a primeira legislação geral do trabalho que, não por acaso, segregava cuidadosamente trabalhadores rurais e urbanos (OLIVEIRA, 2003; SANTOS, 1979), consolidando assim o processo de industrialização brasileira, cujo caráter 'substitutivo de importações' estava prioritariamente voltado para o mercado interno. A Carta do Trabalho então definida não só desmantelava conquistas anteriores, a começar pela autonomia organizativa, que se veria permanentemente bloqueada pelo viés corporativista então imposto e até hoje não desfeito (VIANNA, 1999), como carrearia para o Estado os recursos provenientes de parcela do imposto sindical, das caixas e das associações mútuas precedentes, favorecendo, ainda que em escala incipiente, sua política industrializante.

Essa ordem burguesa seletiva e truculenta rapidamente seria submetida à prova na década de 1955/64. A industrialização se completava, os grandes capitais brasileiros alçavam de patamar, procurando internalizar a monopolização já vigente nos países centrais e presente através da estreita dependência que os ligava às grandes multinacionais estrangeiras aqui implantadas. Com a persistência das expropriações de trabalhadores rurais, crescera o contingente de trabalhadores urbanos em precaríssimas condições de vida. Musculavam-se suas lutas, visíveis pela vigorosa participação sindical, apesar dos óbices que pesavam contra ela (MATTOS, 1998). Dentre tais obstáculos, não era desprezível a dimensão do contingente de trabalhadores informais, sem direitos trabalhistas ou sindicais, perdurando dramáticas condições de vida no campo. As crescentes reivindicações dos trabalhadores, em lutas populares rurais e urbanas, ainda que expressas em termos democráticos, chegaram a configurar uma situação pré-revolucionária não porque se direcionassem para tanto, mas porque defrontavam-se com a truculência organizada dos setores dominantes e colocavam em risco o pacto proprietário em vigor (MELO, 2009). Mais uma vez, aproximavam-se politicamente expressivos setores dos trabalhadores urbanos e rurais, sob a reivindicação de Reforma Agrária ao lado das demais reformas de base, impulsionada pelo crescimento organizativo das Ligas Camponesas e sua aproximação com o sindicalismo urbano.

Uma Revolução na Ordem, como caracterizou Florestan Fernandes (1975), que assegurasse um teor de incorporação democrático compatível com a complexificação da sociedade brasileira de então foi destruída pelo golpe de Estado civil-militar de 1964. Novamente, entretanto, a truculência ditatorial seria insuficiente para conter, em médio prazo, a expressão sociopolítica que resultava do crescimento acelerado de uma classe trabalhadora urbana diversificada, impulsionada pela monopolização da economia e pela continuidade da expropriação rural, aprofundada agora por políticas agressivas de abertura e adentramento das fronteiras rurais, escancaradas ao grande capital sobretudo a partir dos anos 1970. Fomentavam-se as condições para a propulsão monopolista do capital no país, pela abertura da economia para a participação ainda maior de capitais estrangeiros, consolidando o famoso tripé (estado-grandes multinacionais-grandes empresas nacionais). Adubava-se um sistema financeiro, capturando recursos dos

trabalhadores através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (VALERIANO, 2008); realizaram-se gigantescas obras de infra-estrutura e de suporte ao grande capital, que se aproveitaram da enorme mobilidade territorial dos trabalhadores, politicamente jugulados.

O próprio processo de monopolização, porém, ao intensificar as expropriações, fermentava o crescimento de uma extensa e variada classe trabalhadora urbana, à qual seriam acenadas novas possibilidades (sobretudo através do crédito, como o acesso à casa própria e aos bens de consumo), em troca do espezinhamento dos direitos adquiridos no período anterior. Mesmo sob as condições de longa e especial truculência levada a efeito pela ditadura civil-militar, os efeitos de lutas anteriores se faziam sentir, impondo, por exemplo, a proposição de uma tímida reforma agrária, logo abalroada pela Sociedade Rural Brasileira, estabelecendo pífios programas governamentais de participação no aumento da produtividade (Programa de Integração Social-PIS e Programa de Formação de Patrimônio para o Servidor Público-PASEP), algum reconhecimento de direitos para os trabalhadores rurais, dentre outros.

Irresolvidas nos dois momentos precedentes, as reivindicações democratizantes reapareceriam na década de 1970/80, com um perfil bem mais robusto e complexo e exigiriam um período mais longo e um processo mais tortuoso para sua contenção, sob um novos formatos políticos. Sob a ditadura, paralelamente ao forte impulso na escala da concentração de capitais, incubaram-se e fortaleceram-se as entidades organizativas das classes dominantes agora lideradas pela fração monopolista, quer fosse industrial ou bancária (MINELLA, 1996). No setor bancário ainda predominava o capital brasileiro, embora ambas as frações tivessem proximidade com grandes capitais internacionais (sobretudo estadunidenses). Vale lembrar que exatamente no bojo dessas lutas democratizantes, ocorreram modificações e conflitos internos nos setores dominantes, levando à constituição, na década de 1990, de novos formatos associativos burgueses, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE, posteriormente reintegrado à FIESP (BIANCHI, 2001 e 2004).

Apesar da exacerbação ditatorial da repressão seletiva sobre os trabalhadores, retornaram com mais intenso vigor as lutas operárias, os embates de trabalhadores rurais, as lutas populares diversas, convivendo com o surgimento de novas reivindicações próprias de uma sociedade já amplamente urbanizada. As mais significativas expressões dessas lutas foram a fundação do Partido dos Trabalhadores-PT, da Central Única dos Trabalhadores-CUT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, todos nos primeiros anos da década de 1980. Diferentemente dos momentos anteriores, tais entidades populares se enraizavam agora geograficamente em todo o território nacional. Expressavam novo patamar atingido pelas lutas populares, apesar dos obstáculos reiteradamente impostos e, mesmo com diferentes origens regionais, rapidamente constituíram-se em organizações de âmbito nacional.

As mobilizações populares da década de 1970 e 1980 eram muito mais amplas e extensas do que essas entidades, diluindo-se em miríades de pequenos agrupamentos populares cuja fragmentação era limitada por uma verdadeira *imantação* que as entidades populares nacionais exerciam sobre o conjunto das reivindicações. Mesmo sofrendo enormes derrotas, estas lutas conduziram à conformação de uma nova Constituição, em 1988, que prometia, ao menos em alguns setores, uma democratização mais substantiva, através de incorporação mais expressiva de amplos segmentos da população, a depender da regulamentação jurídica futura dos direitos genericamente prometidos.

Como numa paródia da história, a estratégia burguesa novamente residiria no adiamento e empalidecimento das reivindicações populares, e também pressupunha enorme salto para a frente na acumulação, capaz de trazer fôlego econômico para uma incorporação, mesmo minorada. A principal inflexão nas lutas sociais dos anos 80 – e sua derrota principal – não decorreria, entretanto, da imposição de mais uma ditadura, mas da transfiguração da democracia.

Recomeçaria um longo e doloroso período de recuo de recém conquistados direitos (através das reestruturações, do desemprego, de grandes planos de demissões e da preparação das privatizações, típicos do neoliberalismo), porém agora sob outro formato, de cunho parlamentar, sob o qual a retirada de direitos atuava sob a normalidade eleitoral democrática.

As bases da monopolização consolidadas no período ditatorial e asseguradas pela dívida pública (através dos gigantescos investimentos estatais para assegurar infra-estrutura e produção de base para os setores monopolistas) seguiam prioritariamente voltadas para o mercado interno, inclusive através da plena agregação a esse mercado das empresas multinacionais, porém já se lançavam em experiências de exportações de produtos industrializados ou, mesmo, de exportações de capitais (sobretudo no setor da construção civil, cf. CAMPOS, 2008), em momentos de crise do mercado interno [3]. Na própria década de 1980, uma série de empresas brasileiras se lançava no mercado internacional, estabelecendo depósitos, subsidiárias, adquirindo plantas locais pré-existentes ou implantando suas próprias unidades de produção em países vizinhos [4]. A amplitude e variedade dos interesses burgueses e a intrincada rede de organizações patronais e empresariais gerava, certamente, conflitos mais evidentes entre as frações que pretendiam dirigir o processo, mas também contava com uma multifacetada gama de articulações, entidades e de foros internos de deliberação, assim como áreas de refúgio econômico, proporcionadas pela existência de empresas de diferenciados portes, permitindo a diversificação de aplicações no plano interno e externo, para além de fusões e incorporações.

A década de 1980 e seus desdobramentos nos primeiros anos da década de 1990 demonstram uma importante inflexão na trajetória histórica brasileira a qual, conservando inúmeras de suas tradições, encontrava-se diante da *necessidade burguesa* da estabilização de um formato político de tipo democrático-representativo [5]. Vários elementos precisam entrar aqui na linha de conta: a crise econômica, com o crescimento explosivo da dívida externa; a inflação galopante, que cobrava seu custo sobretudo dos setores mais pauperizados da população, exatamente num período no qual a ditadura entrara em crise e ascendiam os movimentos populares pela democracia; a tensão crescente no interior dos movimentos populares no sentido de uma superação da ordem até então dominante, ainda que confusamente diluída no bojo de reivindicações que primavam por um conteúdo “democrático”, o que se confundia facilmente sob o termo “cidadania”.

Esses elementos contribuíam para o acirramento das disputas intra-classe dominante e para a redução de seu poder unificado de impor nova solução ditatorial, ao mesmo tempo em que no contexto internacional o degelo da guerra fria fazia recuar os argumentos de cunho político, alçando-se um pragmatismo estreitamente coligado à expansão de capitais ocidentais no então chamado (e agonizante) 'mundo comunista' e dando vezo à difusão dos pós-modernismos variados. Os grandes capitais aqui implantados – qualquer que fosse sua origem nacional – disputavam acidamente a condução do processo (Silva,

2005), sob o predomínio econômico dos setores mais internacionalizados, isto é, mais subalternos com relação ao grande capital multinacional, porém integrado também por fortes interesses brasileiros.

Ocorria um descompasso político brasileiro, com um ascenso das lutas dos trabalhadores e de sua organização, exatamente quando, no cenário internacional, estas enfrentavam um processo de jugulamento imposto pelos governos neoliberais. A luta que se acirrava no âmbito da sociedade civil brasileira, porém, continha em seu âmago os novos elementos da forma da política capital-imperialista, que teriam importante papel na reviravolta que permitiria a sustentação da dominação burguesa. Na maré montante das lutas populares, implantavam-se formas de *conversão mercantil-filantrópica* de sua atuação. Diversas entidades fundadas em prol de reivindicações populares recusavam, desde a década de 1970, a atuação 'em nome de' classes sociais, considerando-as categorias excessivamente genéricas e não empíricas. Nos anos 1980 receberam intenso aporte intelectual (e, em alguns casos, também recursos de agências internacionais ou estadunidenses) para justificar sua relação com 'setores oprimidos' de forma direta, recusando qualquer mediação partidária e proclamando-se apolíticas. Tornavam-se defensoras de 'pobres específicos' ou de 'opressões específicas', porém, longe de atacar as razões da produção de tais especificidades, passariam a endossar um discurso vago, pautado por uma espécie de pobretologia, que fazia desaparecer as clivagens de classes sob mirabolantes estatísticas do número de miseráveis e do quantum de escassez para definir 'linhas de pobreza'.

Muitas dessas entidades (algumas posteriormente se auto-denominaram ONGs-organizações não-governamentais) foram pouco a pouco convertendo-se num vetor peculiar de lógica do capital-imperialismo, com uma militância intelectual de novo tipo, composta por profissionais que dependiam diretamente de alocar projetos de 'apoio' a grupos populares para assegurar sua própria existência, o que abrangia desde setores médios, universitários, até uma variada gama de novos empregados de tais entidades. Realizavam a intermediação e gestão de recursos aparentemente apenas filantrópicos, em nome de uma vaga 'transformação social'. Para justificar sua própria atuação, formulavam e difundiam argumentos em defesa da agilidade de sua própria atuação, imediatista e privada, à qual contrapunham a morosidade do setor público. Argumentavam com os termos clássicos da esquerda, mas atuavam reforçando as práticas da direita (ARANTES, 2000). Não há levantamentos precisos anteriores ao século XXI, mas pode-se estimar que, até 1980, haveria pelo menos 34.000 entidades sem fins lucrativos. Esses números saltam para 275.000 entidades em 2002 (IBGE, 2004), atingindo, em 2005, a cifra de 338.162 entidades, as quais empregavam 1.709.156 trabalhadores (IBGE, 2006), traduzindo um crescente direcionamento empresarial dessas entidades.

Dada a característica histórica da repressão seletiva sobre as organizações populares no Brasil, o conjunto dos serviços públicos era (e segue sendo) extremamente desigual: uma parte pequena porém moderna, com recursos e bem equipada destinava-se a servir os setores dominantes (por exemplo, os ministérios econômicos, o Banco Central, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BDES) e contrastava com o outro lado da moeda, a precariedade da oferta de serviços universalizantes, em especial saúde, educação, transporte, saneamento, crescentemente supridas por empresas privadas (ou seguros) para os que pudessem pagar. Essa era aliás uma das reivindicações principais das lutas populares para a Constituição de 1988: assegurar direitos sociais universalizantes. Imediatamente após a Constituição, a eleição de Collor de Mello daria o tom para os novos descaminhos: abria-se a era das privatizações, intensificada

posteriormente sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, utilizando-se também dos argumentos já bastante disseminados no solo social pela mercantil-filantropia.

O mesmo processo de apassivamento se reproduziria no âmbito sindical: com apoio patronal direto, em 1991 criava-se a Força Sindical, experimento chave para a formatação de uma nova modalidade de subalternização para os trabalhadores no Brasil, em contexto representativo. A Força teria caráter paradigmático para a reconfiguração das lutas na sociedade civil no Brasil, não somente pela estreita ligação com o grande empresariado (em especial das empresas monopolistas sediadas em São Paulo, mas não apenas) (GIANNOTTI, 2002), mas porque inaugurou e permitiu consolidar a redução do comportamento sindical a uma dinâmica mais estreitamente corporativa, de cunho mais imediatista e espetacular, tendo como alvo prioritário o combate à CUT. A própria aparelhagem sindical (muito pouco tempo depois adotado também pela CUT) tornava-se modelar para a conformação ao neoliberalismo: procedimentos de “reengenharia” interna, demissão de funcionários, busca de eficiência e eficácia econômica (rentabilidade), agenciamento de serviços, intermediação para a venda de seguros diversos (em especial, de seguros-saúde) aos trabalhadores, contribuindo para desmantelar a luta pelos direitos universais, oferta de cursos pagos, preparação e adequação de mão de obra para a “empregabilidade”. Sob essa lógica, os sindicatos passariam a ser “gerenciados”, elaborando e exibindo uma similitude entre sindicalizados e acionistas, pela oferta de pacotes de ações de empresas públicas ou através da implantação de clubes de investimento sob “gestão sindical” (SOUTO Jr., 2005).

Como se observa, as intensas lutas das décadas de 1970 e 1980 impuseram modificações significativas às formas tradicionais de dominação burguesa no Brasil, do que resultou enorme crescimento de entidades voltadas para o convencimento, ao lado da manutenção de formas de coerção legais e extra-legais. Seguem corriqueiras as práticas truculentas, como a existência de milícias pára-militares coagindo e assassinando impunemente, a permanência de assassinatos de lideranças populares, sobretudo no campo, aumentam o encarceramento e a criminalização de movimentos sociais renitentes a essa nova lógica.

Esses processos moldam situações peculiares. A intensificação do empresariamento de espaços de ativismo social exerce, de um lado, o papel de uma ‘pedagogia da hegemonia’, difundindo uma sociabilidade imediatista e com baixos teores de consciência social; porém parece ter também papel econômico, ao gradativa e vigorosamente expandir e naturalizar formas de subordinação de trabalhadores com escassos direitos. Escamoteia-se a relação de trabalho (emprego), disseminam-se estagiários e bolsistas de tipos variados, vendedores de projetos sociais, ‘voluntários’, todos destituídos de direitos trabalhistas. Expande-se a intermediação de venda de força de trabalho sem direitos (terceirizações), através de parcerias entre setores públicos – que demitem seus trabalhadores e recontratam os mesmos serviços através de entidades sem fins lucrativos.

De modo geral, podemos falar de uma significativa reconfiguração da forma da política no país, tanto em sua geografia, quanto em sua forma de sustentação. O espaço da política se ampliou e passou a conter uma difusa, complexa e amalgamada sociedade civil, que amplia o espectro das exigências com relação ao Estado e às suas políticas. No entanto, o predomínio claro do empresariamento dentro e fora do Estado atrela crescentemente as políticas, inclusive as *soi-disant* políticas sociais à gestão do capital. Eficácia, medida em rentabilidade e lucratividade são os seus parâmetros. O conjunto da política – e até

mesmo a lógica da representação eleitoral – justifica-se em torno do crescimento econômico, medido em escala de acumulação. Até mesmo os programas de redução da pobreza subordinam-se diretamente à capacidade do Estado de manter altíssimas remunerações aos portadores de títulos da dívida pública.

As contradições: dependência, concentração e participação sindical nos fundos de pensão

Esboços de internacionalização de capitais brasileiros já haviam ocorrido desde a década de 1960, inclusive através de iniciativas capitaneadas pela ditadura militar, como a construção da Hidrelétrica de Itaipu, juntamente com o governo ditatorial do Paraguai. A partir da década de 1990, entretanto, alterava-se a escala de concentração de capitais com base no território brasileiro, potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de investimentos diretos estrangeiros-IDEs na economia brasileira, concentração estimulada através das privatizações, de desregulamentações, de 'abertura' aos capitais forâneos, de centralização (fusões e aquisições) de empresas, perpetuando o padrão dependente das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros. Vale mencionar o importante papel cumprido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES. Sob o governo Fernando Henrique Cardoso, realizou substantivos aportes, direcionando algumas privatizações, favorecendo certos grupos de capitais brasileiros. O próprio setor público financiava o desmantelamento das empresas públicas, através de formidáveis doações de capital. Sob o governo Lula, o BNDES passaria a apoiar decididamente a transnacionalização de empresas brasileiras.

O fluxo de capitais provenientes do exterior para investimento direto no Brasil, ou seja de capitais que não se limitavam ao circuito imediatamente especulativo, cujos maiores valores circulam entre os países capital-imperialistas predominantes, saltou de US\$2 bilhões de dólares entre 1990-95 para US\$32.779 bilhões em 2000 (SARTI & LAPLANE, 2003:16). Analisando dados das 500 maiores empresas privadas em atuação no Brasil, Sarti e Laplane concluem pela profunda *desnacionalização* do setor produtivo brasileiro, uma vez que tais IDEs destinaram-se sobretudo à aquisição de empresas já aqui instaladas. Enfatizam porém a diferença da internacionalização realizada no Brasil comparada à Coréia e ao México, países que viveram “um processo de *extroversão* da produção, seja pelos investimentos das empresas nacionais no exterior, seja pela exportação da produção doméstica. No caso brasileiro, a *internacionalização teve como alvo o mercado interno*, tanto pela maior presença das empresas estrangeiras, como pelo aumento do conteúdo importado da produção. No Brasil, o processo pode ser caracterizado como um processo de *internacionalização do mercado doméstico*” (SARTI & LAPLANE, 2003:50. Grifos meus, VF), como uma *introversão* do capital estrangeiro.

Estamos pois diante de processo contraditório: o Brasil permanece um grande exportador de produtos primários e de produtos com uso intensivo de recursos naturais, ao lado da exportação de produtos de “escala intensiva”, especializados ou com maior índice de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) para a América do Sul, mas oferece enorme mercado doméstico para os mais variados tipos de produtos.

Maria L. Silva analisou as 90 maiores empresas nacionais entre 1989 e 1997, observando uma migração de parte dos grandes grupos brasileiros para os “setores commoditizados e/ou fortalecimento de atividade dos que já pertenciam a essa área” (SILVA, 2003:110). Reafirma-se a extensa desnacionalização no plano econômico, confirmando a

manutenção do país como *plataforma de expansão do capital multinacional* aqui sediado. As desnacionalização, acoplada à dependência e à subalternização da burguesia brasileira em escala internacional não foram revertidas e, ao contrário, se aprofundariam[6].

Não obstante, não se pode analisar este processo como uma subordinação mecânica e automática, inclusive porque a generalização de relações plenamente capitalistas *alterava as condições* políticas nas quais precisavam intervir as diferentes frações da classe dominante internas e nas quais processavam-se as próprias lutas entre as classes. A efetiva subalternidade da burguesia brasileira precisa levar em conta a nova escala em que ela também concentrou capitais, sua capacidade de controle *político* do mercado interno e a expansão de sua influência ideológica. As burguesias brasileiras incorporaram os parâmetros internacionais, ao mesmo tempo em que conservaram sob a democracia as características truculentas e autocráticas que marcaram o processo histórico brasileiro desde a colonização.

Em primeiro lugar, é preciso destacar as condições econômicas fundamentais, sempre relacionadas ao chão social no qual se constituem. Completou-se o ciclo da industrialização no Brasil, que avançou celeremente em direção à assim-chamada terceira-revolução industrial (Oliveira, 2003: 134). Ademais, ocorreu a consolidação de vasto mercado interno, alvo prioritário tanto dos investimentos externos quanto dos capitais de origem nacional, impondo novas exigências à capacidade organizativa do conjunto da classe dominante no país.

Não se trata de um mercado idealizado, que seria voltado para a satisfação das necessidades reais do conjunto da população, mas, ao contrário, de um mercado resultante de intensa expropriação rural, traduzida no percentual de 75,47% da população residindo em áreas urbanas pelo censo de 1991, contra 67,59% do censo anterior, de 1980 (Martine, 1994), atingindo em 2000 o índice de 81,3%. Aliás, a preocupação do mercado não é, e jamais o foi, o da satisfação de necessidades humanas, mas sim prioritariamente o de assegurar a realização do mais-valor extraído nos diferentes setores de sua produção. Para tanto, decerto satisfará certas necessidades, sendo a primeira delas a contínua produção de trabalhadores despossuídos, cuja existência e reprodução somente poderá ocorrer através do próprio mercado, quer o trabalhador encontre um emprego formal ou não.

As profundas desigualdades sociais brasileiras não obstaculizaram a expansão do mercado, embora tenham, segundo os períodos, hierarquizado mais ou menos rigidamente o acesso a determinados bens. Desde a década de 1970, entretanto, com a difusão do sistema de crédito, ampliou-se o espectro social do consumo de bens duráveis, configurando um acesso segmentado, porém continuamente ampliado. Aliás, o consumo de novas gamas de bens tende a ser apresentado como 'democrático', de forma excessivamente redutora [7]. Na década de 1990, o controle da inflação tornou-se prioritário e uma de suas razões era assegurar a extensão do crédito, impulsionado após o Plano Real. Este, aliás, foi elaborado por equipe organizada por Fernando Henrique Cardoso que, em seguida, se ocuparia centralmente das privatizações e da adequação legal aos formatos impostos pelo predomínio do capital portador de juros (GRANEMAN, 2006). Não por acaso, posteriormente praticamente toda esta equipe estaria convertida em novos banqueiros ou em gestores de setores financeiros não bancários (GUIOT, 2006: passim).

Com relação à capacidade organizativa inter-burguesa, esta reagia a um conjunto de processos contraditórios, com interesses diferenciados com relação a generalização das práticas próprias do novo patamar internacionalizado de concentração de capitais, sob o predomínio do formato “capital portador de juros” (o chamado neoliberalismo). Inteiramente de acordo, em seu conjunto, com a desregulamentação das relações de trabalho e com a liquidação dos direitos sociais e trabalhistas (muitos ainda sequer implementados), as burguesias dividiam-se no grau e ritmo a implementar, como mostrou Décio Saes (2001). A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria-CNI expressavam reticências quanto a uma abertura total e incondicional da economia ao capital estrangeiro, pelo risco da conversão dos industriais em importadores de similares estrangeiros. Os bancos nacionais eram favoráveis às privatizações, mas contrários á abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros, e contaram com ativa atuação da Febraban, pressionando pela proibição de capital estrangeiro novo no setor. Os grandes proprietários fundiários apoiavam a maioria do programa neoliberal, porém procuravam preservar os subsídios públicos à grande propriedade. As diferenças entre os setores expressaram-se em resistências dentro dos partidos e no interior do próprio governo (divergências interministeriais), reduzindo o ritmo da neoliberalização brasileira comparado ao dos demais países da América Latina (SAES, 2001: 90), ou, em outros termos, mais controlado pelo contraditório jogo entre instâncias do grande capital de origem brasileira, que via no processo também uma possibilidade de alçar-se, ainda que de maneira dependente, à nova escala internacional de concentração.

Em segundo lugar, porém não secundariamente, tratava-se de garantir o salto no patamar da concentração através da captura de todos os recursos sociais, destinando-os à valorização do valor, no mesmo padrão predominante no cenário internacional. Aqui, o fenômeno econômico é, ao mesmo tempo, político, social e ideológico e atravessa integralmente o terreno das lutas de classes. Ocorreria uma severa investida patronal e empresarial na reorganização da própria classe trabalhadora, em diferentes dimensões. Em condições de representação eleitoral, era preciso fragmentar de maneira profunda as ativas organizações dos trabalhadores, a partir de seu próprio interior, interessando-as e comprometendo-as com os processos de acumulação capitalista, golpeando-as por um lado e, por outro lado, levando-as a consentir, por razões pragmáticas, no próprio processo de fragilização de suas condições de existência, tema trabalhado no âmbito político de forma magistral por Eurelino Coelho (2005) e recolocado por Sara Graneman (2006) no terreno econômico. No bojo da derrota eleitoral de Lula frente a Collor em 1989 e com a contribuição inesperada do desmantelamento das experiências proto-socialistas do Leste Europeu, a primeira grande cartada – evidenciando seu novo teor '*democrático*' – da burguesia brasileira foi o decidido apoio à criação da Força Sindical, em 1991, voltada para a conciliação entre capital e trabalho e para resultados imediatos (Giannotti, 2002, passim). A introdução dessa cunha no movimento sindical foi fundamental para os passos seguintes, através dos quais a própria CUT seria neutralizada através de sua participação subalterna em agências do Estado, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de assentos em conselhos de gestão de fundos de pensão.

O início da década de 1990 assistiu a uma situação insólita: a presença de lideranças sindicais da mesma central (CUT) nas manifestações de repúdio à privatização, enquanto outros integrantes atuavam como partícipes compradores de leilões privatizantes, integrando os conselhos dirigentes dos Fundos de Pensão (GARCIA, 2008: 30 e segs.), instituídos principalmente para trabalhadores do setor público. Se o novo padrão econômico, social e político capital-imperialista se tornava mais evidente em finais da

década de 1990, já compunha o espectro brasileiro anteriormente. Desde 1977, a revista *Visão* – expressando os interesses de certas frações da classe dominante – empreendeu campanha pela transformação das fundações de seguridade em fundos de pensão segundo o modelo norteamericano, o que ocorreu em 1979, explicitamente sugerindo sua conversão em base para a expansão do mercado de capitais e defendendo uma nova forma de relacionamento 'democrático' entre o capital e os trabalhadores detentores de parcelas de tais fundos. As condições ditatoriais suscitavam, porém, excessiva desconfiança dos trabalhadores, inviabilizando a plena mobilização de tais recursos (GRANEMAN, 2006: capítulo 3).

Capturar tais massas de recursos, como se pode imaginar, envolvia um novo *modus operandi*, tanto do conjunto da classe dominante, quanto do próprio Estado. Não se tratava de lutar contra a gestão, por representantes de assalariados (os 'proprietários') de tais fundos, mas de convertê-los em 'parceiros' na acumulação e valorização do capital, seduzindo-os pelo atributo direto do capital, isto é, a lucratividade.

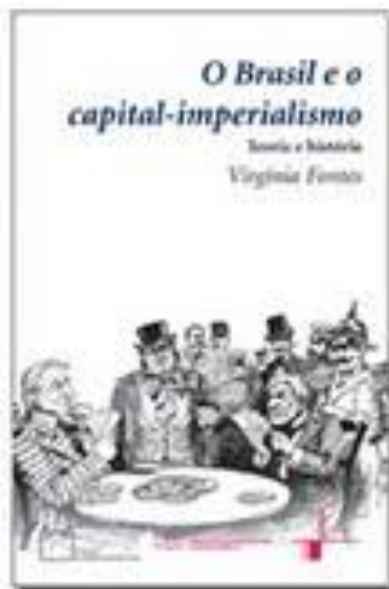
Na década de 1990, os fundos estavam principalmente em poder de trabalhadores públicos ou de autarquias estatais, muitas em processo de privatização. Combinou-se, aqui, a truculência tradicional da maneira de lidar com setores subalternos no Brasil, e o convencimento, tão mais fácil de exercer quanto mais fragilizados estivessem os trabalhadores. Faziam seu ingresso na política brasileira os argumentos democratizantes com base na rentabilidade 'partilhada'. Pela truculência, através do esmagamento emblemático das greves de Volta Redonda, em 1989, ainda no governo Sarney, quando o Exército assassinou barbaramente três trabalhadores, e da Petrobrás, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando, também com o recurso ao Exército, intentou-se a castração, por longo tempo, do sindicato dos petroleiros; além de assassinatos recorrentes de militantes do MST, em luta pela reforma agrária. Em outra dimensão da violência, pela velocidade da imposição de mudanças legais no concernente à previdência privada e pela introdução acelerada de fundos de pensão privados (previdência complementar), ampliando a privatização da previdência e a *captura de parcela do salário dos trabalhadores* para fomentar o impulso ao mercado acionista, como mostra detalhadamente o trabalho citado de Sara Graneman (2006).

Seria com a legitimidade aportada pelo governo Lula da Silva que, utilizando-se do mesmo mix truculência/sedução, se aprofundaria o papel de alavanca dos fundos de pensão e dos fundos de investimento (investidores institucionais) para a concentração de capitais e se concluiria a desfiguração das direções do movimento sindical no Brasil. Os fundos de pensão converteram-se em controladores de empresas, em impulsionadores da centralização e concentração de capitais no país, com seus ativos atingindo 17% do PIB em 2005 (GRANEMAN, 2006:37). O montante de recursos captados crescia mais rapidamente do que a capacidade imediata de valorização, impulsionando a tendência à exportação de capitais. Ademais, os fundos evidenciaram a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, com testada capacidade para o apassivamento dos trabalhadores pelo capital. Tais ex-sindicalistas ocupam o local da propriedade do grande capital portador de juros, no qual a separação entre a propriedade e a gestão direta se aprofunda. Nas condições da atual escala de concentração porém, essas funções passam a se confundir, com importante influência recíproca. Os gestores de tais fundos contribuíram diretamente para a imposição, através dos conselhos de acionistas dos quais participam, de profundas reestruturações empresariais visando aumentar a produtividade, reduzir o tempo de retorno dos capitais à sua forma-dinheiro e distender as taxas de lucro.

Capital-imperialismo brasileiro - manifestações

Menos do que uma análise econômica da acumulação capitalista brasileira, procuramos compreender as bases *sociais* das transformações contemporâneas. Para além da concentração acima mencionada, vejamos brevíssimos elementos que confortam nossa hipótese de uma fuga para a frente capital-imperialista das burguesias brasileiras, com dados exemplificadores e não exaustivos. Houve uma inflexão expressiva a partir da década de 1980, quando cresceu a exportação de capitais voltados para a extração de mais valor no exterior (investimentos diretos brasileiros no exterior) ao lado das exportações de mercadorias ou de commodities. Ocorria então uma mudança qualitativa importante, em três direções: a primeira, a de assenhorear-se de *fontes de matérias primas* nos demais países do continente (CECEÑA, 2009); na segunda e que me parece a mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da *exploração da força de trabalho em outros países* (IRLS, 2009, *passim*). Não se trata mais de mera exportação de produtos mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que aqui conhecemos, tanto da parte de empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas[8]. Finalmente, em terceiro lugar, essa expansão capital-imperialista favorece as *políticas de alívio por gotejamento* a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas.

O processo de exportação de capitais brasileiros e de transnacionalização de empresas está especialmente voltado para países da América do Sul. Segundo o Informe Mercosur nº 12, do BID-INTAL, 2006/2007, a totalidade dos investimentos no exterior dos países do Mercosul alcançou a soma de US\$30,3 bilhões, dos quais 93% eram originados no Brasil. Mesmo em setores com menor tradição de internacionalização, cresce o apetite de empresas de origem brasileira. Depois da expansão do Grupo Gerdau, na década de 1990 e da Ambev, em 2003, empresas como Marfrig e Bertin (posteriormente reunidas na JBS Friboi, com o apoio do BNDES), controlavam um terço da produção uruguaia de carne bovina. Em 2007, a produtora de arroz Camil, brasileira, comprou a maior processadora de arroz do país, responsável por por 45% da produção e exportação do produto.



Em 2009, Novoa chega a falar de uma “brasileirização” do investimento externo direto na Argentina. A Petrobras comprou a Pecom, passando a segundo grupo econômico no setor de petróleo e gás. A Camargo Correa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Friboi comprou as unidades da Swift na Argentina e a norte-americana Pilgrim's Pride, tornando-se o maior pólo frigorífico do mundo (NOVOA, 2009: 198).

No Peru, já tendo a instalação da Petrobrás desde 2002 (através da compra da Perez Companc, empresa petrolífera argentina, com ramificações em outros países), a expansão de capitais brasileiros se intensificou em 2004, com a implantação da Companhia Vale do Rio Doce e através da aquisição, pela Votorantim Metais-VM, da Refinaria de Zinc Cajamarquilla, seguida em 2005 pela compra de “participação acionária de 24,9% no controle da Companhia Mineira Milpo, a quarta maior mineradora de zinco no país. As duas aquisições projetaram a VM como o 5º maior produtor mundial de zinco. Em 2007, o grupo anunciou um investimento adicional de 500 milhões de dólares. A finalidade principal destes investimentos do Grupo Votorantim no Peru é *fornecer matéria-prima para suas atividades industriais no Brasil*. Considerando que a VM importa do Peru 40% do concentrado de zinco utilizado em suas plantas processadoras do Brasil, a conquista de fontes a baixo custo dota a empresa de vantagens competitivas perante concorrentes. Segundo cálculos da revista Exame, a VM estaria *controlando hoje 62% da produção de zinco no Peru*.” (LUCE, 2007: 86. Itálicos meus, VF).

Também o Grupo Gerdau iniciou atividades no Peru, arrematando a privatização da Siderperú, tendo o apoio direto do governo brasileiro (Lula da Silva). Essa forte presença econômica brasileira conduziu a gestões políticas no sentido de garantir tais investimentos (LUCE, 2007:88).

No Equador, a Odebrecht participa de grandes empreendimentos desde 1987. A Petrobrás passou a atuar no país em 2002, após a compra da Perez Companc, pesando entretanto sobre essa transferência de ativos a suspeita de irregularidades, além de ocupar áreas protegidas (Almeida, 2009: 27-42). Inúmeras denúncias ocorreram, levando a uma política brasileira de tipo indutivo, pela qual a liberação de créditos do BNDES para obras de infra-estrutura dependeriam da contratação de empreiteiras brasileiras, e atuava como “condicionalidade para os financiamentos” do Banco. (LUCE, 2007: 90). Em finais de 2008, realizou-se uma Auditoria Integral do Crédito Público no Equador, denunciando a “ilegalidade e a ilegitimidade da dívida comercial, multilateral, bilateral e interna contraída por governos equatorianos entre 1976 e 2006”, questionando abertamente o Estado brasileiro, o BNDES, o Banco do Brasil e a Odebrecht (LANDIVAR, 2009: 116).

Quanto ao Paraguai, para além das formas particularmente duras e jamais completamente cumpridas pelo governo brasileiro do acordo referente à Hidrelétrica binacional de Itaipú (IRLS, 2009: 141-158), há ainda o fenômeno dos brasiguaios, impulsionado tanto por uma política oficial expansionista brasileira, quanto por migrações massivas de brasileiros, em muitos casos expropriados em território nacional e deslocando-se para a colonização do país vizinho. No primeiro caso, figura a situação de Geremias Lunardelli, grande cafeicultor de São Paulo e grande comprador de terras no Paraguai. “Em 1958, ele já possuía um milhão de pés de café no país vizinho.” (Silva & Melo, 2009: 4). No segundo caso, importante emigração brasileira ocorreu para o Paraguai, cujo contingente de brasiguaios “...alcança a cifra de 380 mil habitantes (10% aproximadamente da população paraguaia). Atualmente eles possuem 1,2 milhões de hectares, o que representa 40% de ambos os departamentos e mais de 80% da soja local. Graças ao bom desempenho desta produção, criou-se um classe de fazendeiros de porte

médio com propriedades rurais cujo tamanho em média é de 500 hectares, aquelas que se tornaram os principais promotores da modernização agrícola dos departamentos suborientais.” (Hirst, 2005-2006:11-21, apud LUCE, 2007: 94-95).

No caso da Bolívia, desde a criação da Petrobrás Bolívia em 1996, a Petrobrás era a maior empresa em atividade naquele país, detendo 45,9% das reservas provadas e prováveis de gás e 39,5% das reservas de petróleo, controlando várias etapas da cadeia produtiva, como 100% do refino. . Em 2006, ocorreu a nacionalização dos hidrocarbonetos pelo governo Morales e a postura governamental brasileira oscilou entre um endurecimento e uma atitude 'generosa'. O encaminhamento levado a efeito foi de estilo negociador, embora assegurando-se a contrapartida da realização de duas enormes usinas hidrelétricas no Rio Madeira, integrantes do projeto Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana-IIRSA (LUCE, 2007: 95-8).

Também para a Bolívia ocorreu intensa emigração brasileira com compra de terras no país, especialmente voltada para a produção da soja, a partir de um financiamento para tanto aberto pelo Banco Mundial (Silva & Melo, 2009: 5).

“Existem cerca de 200 mil brasileiros em terras bolivianas (...). Porém, apenas 100 famílias brasileiras entre as que residem no país respondem por 35% das exportações de soja feitas pela Bolívia, produção que se concentra praticamente no Departamento de Santa Cruz.” (Luce, 2007: 98).

A expansão de capitais sediados no Brasil não se limita, entretanto, a esses exemplos sulamericanos, embora a região condense a maior parcela dos investimentos das transnacionais brasileiras. À guisa de exemplo, a Vale está presente nos seguintes países, de acordo com publicação sobre *Multinacionais Brasileiras*, resultado de pesquisa conjunta realizada por Valor Econômico e Sobeet: África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Barbados, Brasil, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Congo, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Finlândia, França, Guatemala, Guiné, Índia, Indonésia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Nova Caledônia, Omã, Peru, Reino Unido, Suíça, Tailândia, Taiwan. Emprega 29,9 mil trabalhadores no exterior. Comprou em 2006 a Inco, canadense; aumentou seu capital em meados de 2008, através do aporte de recursos próprios de US\$3 bilhões e de linha de crédito especial do BNDES de R\$7 bilhões, o que lhe forneceu “um colchão de liquidez para tornar-se maior gigante de mineração mundial”. (Valor Econômico, 2008: 36-7).

Já a gigante Coteminas, controlada pela família do ex-vice-presidente da República José Alencar (Onaga, 2005) e atualmente presidida por seu filho, Josué Gomes da Silva (Valor Econômico, 2008: 33), realizou uma fusão com a americana Springs em 2006, mantendo o controle da Springs Global com 58,95% de seu capital. Tornou-se a maior fabricante de cama, mesa e banho do mundo, detendo 7% do mercado mundial, concentrado nas Américas. O grupo vem transferindo as fábricas dos EUA para Brasil, Argentina e México, sob o argumento de que nestes países os “custos de produção e de mão de obra [são] mais baixos” (Valor Econômico, 2008:32), e onde vem realizando extensa reestruturação, diminuindo o número de fábricas de 31 (16 estavam nos EUA), para 20 fábricas, 12 no Brasil e três na Argentina e México, garantindo redução de despesas administrativas e gerais de US\$200 milhões para US\$95 milhões (id.: 32-3).

As grandes empresas construtoras brasileiras – Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo

Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS – iniciaram seu processo de transnacionalização na década de 1970, com forte apoio governamental, ainda sob a ditadura. “Hoje, essas companhias, juntas, estão presentes em 35 países do mundo e têm boa parte de suas receitas provenientes do exterior. A empresa-líder desse processo, a construtora Norberto Odebrecht, já teve obras em 30 países do mundo e, atualmente, tem *80% de todas as suas receitas oriundas de atividades no exterior*” (CAMPOS, 2009: 110. Itálicos no original).

O movimento de concentração e centralização de capitais, sobretudo após a crise de 2008, é vertiginoso, assim como a criação de novos mega-conglomerados brasileiros, aptos a enveredar por rápido processo de transnacionalização, com suporte público. Pequeno com relação aos investimentos transnacionais mundiais, pois “entre 2002 e 2006, o país foi responsável por 171 projetos de investimento no exterior, apenas 0,4% do total mundial” (Valor Econômico, 2008: 66), trata-se de processo em andamento e cujas transformações internas e no conjunto do subcontinente já envolvem o conjunto da vida social.

No compasso da política capital-imperialista – apassivamento e democracia

O terceiro movimento de fuga para a frente corresponde à adequação burguesa ao formato capital-imperialista contemporâneo. Iniciou-se de maneira hesitante em finais da década de 1970, se aprofundou nos anos 1980 para encontrar sua formatação política mais explícita a partir da década de 1990: a conversão mercantil-filantrópica de alguns movimentos sociais, muitos com origens populares, favorecido pelo auto-proclamado 'apoliticismo' de entidades associativas (sociedade civil), do que resulta uma crescente profissionalização de parcela da militância. Ao se expandir na década de 1990, esse padrão de associatividade se coliga internamente ao empresariamento e externamente, se integra cosmopolita e subalternamente à internacionalização que também marca a economia, tanto pela origem internacional dos financiamentos, quanto pela adesão às formas de luta pulverizadas que predominavam no cenário internacional. Deslocava-se a articulação entre as lutas, que até então mantinham uma unidade tensa em torno da configuração das classes sociais no Brasil, para o terreno mercantil-filantrópico já de longo tempo preparado no cenário internacional por entidades similares e cujo teor voltado para a pobreza era defendido e difundido pelo Banco Mundial (PEREIRA, 2010). A pobretologia – e não um estudo da relação entre as classes e destas com as formas específicas da acumulação de capital – culminava numa espécie de grande acordo nacional em torno da cidadania contra a fome ou a miséria, tímida entretanto para apontar as razões da produção da fome ou da miséria. Da conversão mercantil-filantrópica de segmentos da militância social, cresce doravante um *empresariamento direto* de setores populares, sobretudo os mais fragilizados e que seria apresentado como 'responsabilidade social empresarial' e como 'voluntariado', disseminando uma subordinação massiva de trabalhadores, totalmente desprovidos de direitos mas necessitados do pagamento que tais formas de 'empregabilidade' asseguravam.

Aprofundava-se um ativismo estéril ao lado do apassivamento diante da precarização das condições de trabalho, aumentando o contingente de trabalhadores por projetos, sem direitos, ou o trabalho-sem-formas, na expressão de Francisco de Oliveira[9]. Não por acaso, a década de 1990 assistiu a um enorme salto de associatividade das Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL). Esse processo responde a uma tripla injunção: 1) colabora para a expropriação de atividades até então públicas (bens coletivos), 'libertando-as' para a extração de mais-valor, ao passo em que naturaliza a

expropriação de direitos; 2) organiza-se sob a forma de um discurso incorporador e democrático da população, que acena para o reconhecimento das necessidades imediatas (tanto no âmbito das políticas públicas, quanto na dimensão cultural), reconfigurando o teor do próprio processo político; e, 3) finalmente mas não menos importante, segrega e criminaliza as entidades associativas que denunciam o caráter de classe preponderante, assim como as lutas difusas de setores populares que não se amoldam aos formatos propostos.

Constitui-se uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005 e MARTINS, 2009) que, sob direção empresarial, procura reconfigurar a classe trabalhadora e a própria sensibilidade social nacional para as novas condições psico-físicas da divisão internacional do trabalho, nas quais o Brasil passa a atuar como 'parceiro' do capital-imperialismo.

De maneira similar à incorporação de capitais estrangeiros no país, esse processo não resultou apenas de uma imposição externa, mas contou com enorme mobilização e iniciativa intelectual e empresarial nativa, aprendendo com e incluindo os 'parceiros' e capitais externos, expressando uma nova capacidade empresarial (organizativa e mobilizadora de recursos) voltada para dentro e para fora. Consolida a extração exacerbada de mais-valor no plano interno e se volta para o exterior, impulsionando novas e diversificadas atividades produtivas de mais-valor (como a industrialização do setor de serviços, cf. BOITO, 2005), enquanto silencia extensas camadas de trabalhadores. Os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantrópicas, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas ou disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos. Resulta num apassivamento contido no formato de uma democracia restrita que, ao menos por enquanto, vem liberando de peias o comportamento predatório do capital transnacional brasileiro e seus associados.

Capital-imperialismo brasileiro – dilemas e debates

O estudo da incorporação do Brasil ao capital-imperialismo brasileiro demanda aprofundamentos, de maneira a enfrentar contra-argumentos sólidos, para além das resistências normais que novas e complexas situações envolvem. A primeira objeção – legítima – sugere a impossibilidade de uma atuação imperialista nos moldes daquele exercido pelos países centrais, em razão da dependência estrutural da economia brasileira. Pode-se acrescentar, ainda, que as próprias características túbias da burguesia brasileira a impediriam de assumir as consequências de um tal processo, na medida em que seus desdobramentos a levassem a se defrontar com qualquer um dos países centrais e, em especial, com os Estados Unidos. Frente a isso, relembramos o aprofundamento da característica desigual, porém intensamente combinada, da expansão do capital-imperialismo contemporâneo e das modalidades específicas de incorporação subalterna de retardatários. Essa questão, à luz do panorama histórico do capital-imperialismo atual, exige uma análise profunda das formas de conexão intercapitalimperialistas atualmente em curso, assim como as novas modalidades de contradição que implicam, tanto no âmbito das possibilidades políticas internas, nacionais, quanto no âmbito da atuação internacionalista.

A segunda objeção é de cunho estratégico: o Brasil não dispõe de armamento nuclear e seu poder bélico é frágil para sustentar eventuais conflitos inter-imperialistas. Isso é certo.

Pode-se argumentar que na atualidade nenhum país isoladamente reúne potencial bélico para enfrentar o poderio estadunidense. Uma avaliação mais extensa dessa questão está entretanto fora do escopo deste artigo. Será preciso aprofundar a análise sobre as formas pelas quais vêm se transformando rapidamente coligações e tensões interimperialistas, nas renovadas condições de um mundo mais extensamente capitalista e das contradições que exacerba. Não obstante a fragilidade militar brasileira frente aos poderosos, exhibe uma força capaz de atuar frente a países mais frágeis, podendo compor alternativamente com as demais forças capital-imperialistas. Não se trata aqui da adesão a fórmulas fáceis de um Brasil potência, urdidas pela ditadura e até hoje ainda na nostalgia de alguns, mas da importância do real dimensionamento da configuração capital-imperialista.

Uma terceira objeção remete à pequenez das empresas propriamente brasileiras com relação ao conjunto das grandes multinacionais com origem nos países centrais e da sua ainda pouca expressão no conjunto da economia. Novamente, trata-se de argumento de peso e que demanda aprofundamento sobre as formas de conexão internacional entre capitais e seu papel na configuração do capital-imperialismo contemporâneo.

Considero que a atuação brasileira contemporânea capital-imperialista incorpora uma subalterna plataforma de uso pelos capitais multinacionais aqui implantados. Porém há forças internas exportando capitais e o conjunto dos capitais externos aqui implantados conta com forças internas próprias, brasileiras, organizadas para defender o conjunto do capital. Três movimentos impulsionaram em direção ao capital-imperialismo: a reconfiguração internacional do capital-imperialismo no pós-segunda guerra mundial e seus desdobramentos, alguns dos quais não imediatamente previsíveis, como a expansão de extensa industrialização em alguns países; o próprio processo de concentração de capitais brasileiros e associados, que promoveu extensa reconfiguração da vida econômica, social e política brasileiras contemporâneas e precisou defrontar-se com tensões intracapitalistas; e, enfim, a necessidade da fuga para a frente para apassivar lutas sociais significativas urbanas e rurais. Diferentemente dos momentos anteriores, nos quais a continuidade da acumulação realizou-se às expensas de cruentas ditaduras, a partir da década de 1990 o processo conduziu a uma replicação interna da política característica do capital-imperialismo, associando violência e convencimento.

Há uma escala capital-imperialista de acumulação e concentração de capitais em determinados setores burgueses, ao lado da intensificação de expropriações diversas. O conjunto da burguesia brasileira, em que pese seu caráter subalterno, encontrou uma brecha para a fuga para a frente por haver constituído sólida organicidade interna. Essa rede associativa havia demonstrado sua importância pelo papel desempenhado pelo Estado para assegurar tanto o impulso à concentração, quanto a expansão externa de tais capitais. Além disso, as entidades burguesas brasileiras reconfiguram-se para exercer novas funções frente às lutas populares. Finalmente mas não menos importante, a intensa luta de classes de décadas recentes impôs uma certa modulação à truculência tradicional forjando organizações nacionais de base popular, ainda que muito desiguais. Mesmo que suas conquistas sejam incipientes, vêm sendo o alvo de intensa reconversão cultural e ideológica (pela violência e/ou convencimento), sob um formato democrático-eleitoral, resultando numa forma política característica do capital-imperialismo contemporâneo.

Alguns debates teóricos

A formulação do conceito de capital-imperialismo discrepa de diversas categorias

empregados no debate sobre a configuração sócio-econômica atual, em especial a categoria de desenvolvimento e de burguesia nacional. Em outro patamar, o conceito de capital-imperialismo difere do conceito de subimperialismo. Seguem apenas indicações sobre temas que demandam desdobramentos ulteriores.

A categoria de desenvolvimento já foi extensamente criticada, em função da suposição de que o crescimento capitalista *per se* promoveria melhores condições de vida, maior universalização de bens e serviços coletivos e uma mais efetiva democratização da vida social. Não parece necessário voltar a debatê-la, tendo em vista que a expansão das relações sociais de tipo capitalista significa, em primeiro lugar, a intensificação das expropriações primárias e a generalização de expropriações secundárias, permanentemente reconstituindo seres sociais necessitados de mercado e disponíveis para vender (sob quaisquer condições) sua força de trabalho. O crescimento das forças produtivas sob o capital promove resultados contraditórios: em seu aspecto positivo, socializa intensa e internacionalmente o processo de produção da existência, universalizando (ainda que de maneira truncada) o próprio processo histórico; de outro lado, devasta as condições sociais pré-existentes, humanas e naturais.

Com relação ao conceito de burguesia nacional, parece-me que precisamos recusá-lo, para o caso brasileiro, substituindo-o pelo de burguesias brasileiras. A existência da burguesia como classe “nacional”, atuante e impondo sua ordem, de maneira unificada (embora contraditória) em todo o território, não a converteria na famosa “burguesia nacional”, da qual se esperava um processo revolucionário de cunho democratizante e fortemente anti-imperialista, disposta a enfrentar a grande propriedade rural e a dirigir um processo de incorporação republicana dos setores subalternos.

Tal expectativa coliga-se com o desejo de que o desenvolvimento capitalista promova, também, a formação intelectual de burguesias esclarecidas, comprometidas com seus povos. Ela contém duas dificuldades: em primeiro lugar, idealiza as burguesias dos países precocemente industrializados e hoje dominantes, como se tivessem atuado homoganeamente em prol de direitos universais, democracia e boas condições de vida para a população, apagando as lutas sociais, as guerras e os infindáveis dramas sociais que ali também ocorreram. Em segundo lugar, olvida a exigência fundamental para qualquer burguesia, que é a reprodução ampliada do valor e a capacidade de controlar um território e conter a força de trabalho. Sua proximidade com o Estado e mesmo, sua dependência com relação a ele não constituem uma convicção pública ou uma promessa de políticas universalizantes. Estas somente emergem, de maneira balbuciante, quando interesses particulares de indivíduos, de frações diversas dos setores dominantes precisam ser limitados para assegurar a própria reprodução ampliada do conjunto, configurando-se um 'interesse nacional'; ou, maneira mais significativa, quando as lutas entre as classes impõem limites às formas de extração de mais-valor (via direitos ou outras conquistas).

No caso brasileiro, como fartamente demonstrou Florestan Fernandes, a burguesia estava articulada socialmente em bases nacionais, sendo sua fraqueza apenas relativa, premida pelas injunções de uma dupla articulação promotora de permanente tensão entre o desenvolvimento desigual no interior do país e o que ele designava como imperialismo total. Não mais havendo espaço histórico e internacional para um perfil burguês conquistador, essas burguesias se converteram em formas internalizadas de defesa do capitalismo tout court:

As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas 'fronteiras internas' e em verdadeiras 'vanguardas políticas' do mundo capitalista (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista). (...) Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. (FERNANDES, 1975, p. 294-295, grifos do autor)

Subimperialismo e capital-imperialismo

Ruy Mauro Marini foi o primeiro – e praticamente único autor – a insistir precocemente no papel subimperialista desempenhado pelo Brasil. Apesar de seus trabalhos, o imperialismo segue considerado pelo senso comum no Brasil como algo externo, de fora para dentro, malgrado a crescente transnacionalização de empresas brasileiras. Esta posição é compreensível, tendo em vista a atuação aqui das transnacionais forâneas e a expansão econômica permanente de capitais de procedência norteamericana, ao lado da enorme influência política, militar, ideológica e cultural dos Estados Unidos no Brasil. Ela constitui inclusive a base de um antiimperialismo bastante disseminado no país. Mas se ela é compreensível, é também problemática, pois ignorar as implicações internas e externas da expansão de capitais brasileiros (em múltiplas associações) para o exterior pode, ao contrário, confortar o conjunto do capital-imperialismo e, por omissão, confundir as lutas de classe, desviando seu foco e reduzindo sua capacidade de opor-se de maneira decidida a *todas as formas de capital-imperialismo*.

Para Ruy Mauro Marini, a dependência e subalternidade da burguesia brasileira não impediram o pleno desenvolvimento de relações capitalistas maduras no Brasil, embora o tenham truncado e deformado em várias direções. A permanência dos latifúndios e a não realização de uma reforma agrária radical conteve extensa massa de trabalhadores rurais sob precárias condições de existência e, ao favorecer um contínuo movimento migratório, envileceu os salários urbanos (MARINI, 2000: 25). Este fenômeno estaria na base de um *truncamento da lei do valor* com relação aos trabalhadores, favorecendo uma dupla exploração, ou uma *superexploração* do trabalho. Lastreada em tal superexploração, a burguesia brasileira, dependente e associada aos capitais estrangeiros, constituiu uma base própria de acumulação de capitais, conservando para si uma parcela do mais-valor (sobretalho) extraído dos trabalhadores remunerados abaixo de seu valor, ao mesmo tempo em que assegurava subalternamente a remessa de uma parte dos excedentes assim gerados para os centros capitalistas.

O conceito de superexploração procura dar conta de maneira *estrutural* do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor, gerando uma superexploração dos trabalhadores e a precariedade do mercado interno.

Extremamente sugestiva, esta tese incorre entretanto em algumas dificuldades: a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica permanente, mas podem expressar o processo desigual e combinado

de expropriação do povo do campo.

De fato, como já vimos, a manutenção dos latifúndios e seu papel estreitamente complementar ao processo de industrialização brasileira contribuiu durante longo tempo para o rebaixamento do valor da força de trabalho urbana, embora não necessariamente traduzida na redução da vida útil do *conjunto* da classe trabalhadora, ou mesmo do segmento da classe trabalhadora urbana. É certo ainda que a concorrência entre os trabalhadores fomentada por um sempre crescente exército industrial de reserva constituído pelas levas migrantes expulsas dos campos e a permanência de uma produção agrícola de gêneros alimentícios de baixo custo contribuíram para manter a subsistência urbana muito próxima das precárias condições de vida de trabalhadores rurais (submetidos a variadas relações de trabalho, em sua grande maioria não assalariada). Não obstante, isso não configura uma exceção estrutural à lei do valor no que concerne à força de trabalho, uma vez que tal valor se definia exatamente pelas condições sócio-históricas de reprodução do conjunto dessa mesma força, nos campos e nas cidades.

O argumento acima incorpora a tese da *dupla exploração* sofrida pelos trabalhadores brasileiros e foi utilizado tanto por Marini quanto por Florestan Fernandes (1975: 307). Os trabalhadores brasileiros eram, de fato, explorados de maneira compartilhada, uma vez que capitais de diferentes procedências extraíam internamente mais-valor. A massa total de mais-valor aqui extraída era compartilhada entre tais burguesias. Esse fenômeno explica sobretudo a própria subalternidade burguesa. Por um lado, ao exportar bens primários, o conjunto da burguesia brasileira sofria permanente sangria pela deterioração dos termos de troca. Por outro lado, ao permitir a abertura do mercado de força de trabalho para a exploração direta pelo capital-imperialismo externo, deixava de auferir parcela do mais-valor internamente produzido, condenando-se a uma posição de subordinação econômica e cultural. Mas condenava também o conjunto da vida social a espelhar-se na mesma subalternidade cuja direção capitaneava, ao permitir a sangria permanente de parcela substantiva do valor criado internamente, através de remessas de lucros, de pagamentos de juros, etc.

Para Marini, a superexploração se ligaria estreitamente ao próprio caráter da industrialização brasileira, realizada sob as condições de um mercado interno truncado (incapaz de realizar plenamente a reprodução dos trabalhadores), tendendo à produção de bens suntuários, direcionados a parcela restrita da população, assim como reiterando a recorrente necessidade do recurso ao mercado externo para a realização da produção efetuada pelos capitais implantados em solo brasileiro, dada a pequenez do mercado interno.

Esta foi uma questão perturbadora para inúmeros autores, e que ocupou sobremaneira o pensamento econômico e político brasileiro, como por exemplo, o clássico Caio Prado Jr., para quem a ausência de mercado interno fora obstáculo histórico permanente ao desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil. A meu juízo, o problema principal é que a expansão do mercado interno foi considerada sobretudo do ponto de vista da produção econômica estrito senso, e portanto tratado a partir das dimensões do consumo interno, deixando à sombra a *produção das relações sociais fundamentais para a expansão capitalista*, ou seja, a expropriação massiva da população, o que a impede de produzir sua própria subsistência (mesmo que em condições penosas ou difíceis, como a dos trabalhadores rurais brasileiros). *Não se trata apenas da oferta de bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de*

certos bens. O processo de expansão do mercado interno é duplo: ele é a produção social de massas expropriadas aptas a se converterem em mera força de trabalho, totalmente dependentes do mercado para subsistirem, ao lado da imposição de uma dada forma de produção econômica destinada a suprir, somente (ou prioritariamente) através do mercado, as necessidades sociais e históricas dessas populações. A própria extensão das expropriações no contexto do avanço da industrialização, foi um dos elementos para a transformação das relações de produção dominantes no campo e fator de extensão do mercado interno.

O conceito de superexploração conserva todavia sua importância, pois indica a possibilidade efetiva de que classes dominantes, por razões políticas e/ou econômicas, se apropriem de *parcela do trabalho necessário* (portanto, dos recursos do fundo de reposição do trabalho) dos trabalhadores para convertê-lo em capital. Se a tese de Marini não resolve a especificidade da subalternização da classe trabalhadora brasileira e da produção capitalista no Brasil, *o conceito de superexploração evidencia entretanto, de maneira forte, um problema de fundamental relevância para a compreensão do capital-imperialismo contemporâneo*. As expropriações de direitos que ocorrem mundo afora, em paralelo à oferta de serviços industrializados para aliviar as necessidades antes supridas como direitos, podem ser analisadas como formas de superexploração do trabalho. A conversão em capital, através de fundos de pensão, de parte do salário de variadas camadas de trabalhadores é outra de suas formas. Num caso como no outro, parcela do salário – trabalho necessário – destina-se seja à compra de um bem expropriado aos trabalhadores, como saúde, educação, etc., seja à constituição de fundos para suportar tal despesas no futuro, como planos de saúde ou fundos de pensões para as aposentadorias mitigadas ou extintas. Neste último caso, parcela dos salários se converte em... capital. Mas, além disso, há ainda uma nova modalidade de superexploração: o uso capitalista da força de trabalho sem contrato, ou a expropriação do próprio contrato de trabalho, de tal forma que se instaura uma jornada sem limites, cuja remuneração explicita uma imposição econômica, social e política de *patamares infra-históricos de subsistência* dos trabalhadores. Essa é uma forma peculiar de truncamento do valor da força de trabalho, que resulta da desconstrução em massa pelas empresas e, portanto, pela disponibilização de massas extensas de trabalhadores que, existindo sob condições sociais plenamente mercantis, são obrigados a vender sua força de trabalho abaixo do valor histórico, social, cultural e politicamente constituído.

A hipótese de um truncamento *estrutural peculiar* da lei da valor nas condições específicas brasileiras e por extensão, para o desenvolvimento do capitalismo nas periferias, não constitui traço distintivo das periferias e volta-se na atualidade contra as classes trabalhadoras dos países predominantes[10].

Não obstante, Marini aporta contribuição significativa, ao assinalar a contradição permanentemente existente no que concerne ao valor da força de trabalho no capitalismo, nisso seguindo o raciocínio de Marx. Vejamos. Por um lado, tal truncamento é limitado, no *interior de uma formação social*, sobretudo no período em que aqui se expandia o processo de industrialização e de produção de trabalhadores livres, pois não depende de 'vontade' do capital ou das classes dominantes o exercício da lei do valor, que resulta da generalização das condições sociais para a expansão da produção mercantil, na qual estão aliás empenhados os setores dominantes. Por outro lado, as classes dominantes brasileiras bloquearam politicamente (sobretudo através da violência) a *nacionalização do trabalho* no país[11], mantendo barreiras regionais e estaduais que procuravam circunscrever as conquistas laborais às suas regiões de origem, como salários mínimos

regionais. Com isso, agudizavam a concorrência interna entre os trabalhadores, segmentando-os regionalmente, enquanto, ao mesmo tempo, nacionalizavam as condições de exploração da força de trabalho, pela implantação de órgãos nacionais de apoio aos diferentes setores capitalistas. A lei do valor, no que concerne a força de trabalho, é ademais *permanentemente truncada pelo capital*, pela contínua reprodução de exércitos industriais de reserva (pela expropriação do povo do campo ou através do crescimento da composição orgânica do capital e da redução relativa ou absoluta do número de trabalhadores necessários à valorização do capital) e, na atualidade, pela mobilidade de capitais contraposta ao encapsulamento da força de trabalho nos âmbitos nacionais. Essa é a lei do valor sob o capital, no que se refere à força de trabalho e nisso não difere o centro da periferia.

A argúcia de Marini ao suscitar essa questão permite iluminar o fato de que a existência de Estados, ao generalizarem (tornarem nacionais) os procedimentos dominantes para o capital, desempenham o papel de encapsulamento jurídico e político das massas trabalhadoras, atuando como moduladores da concorrência entre trabalhadores no mercado internacional, enquanto, ao contrário, liberam a mobilidade dos capitais. De fato, por um certo ângulo, um dos papéis cruciais do Estado na atualidade parece consistir em assegurar e conter a força de trabalho para os capitais em âmbito nacional ou subnacional (truncando, pois, a lei do valor).

Retomemos agora a determinante sugerida por Marini sobre o mercado interno brasileiro. Para ele, este permaneceria incompleto, voltado para bens suntuários dirigidos a pequena parcela da sociedade, levando os mais concentrados capitalistas brasileiros (e estrangeiros aqui implantados) a necessitar de mercados externos para a realização de suas mercadorias. A expansão para o exterior de capitais aqui sediados, brasileiros ou associados, seria duplamente marcada pela superexploração – a sustentação da produção dependente sujeitava-se à partilha de tal superexploração, enquanto o mercado interno assim forjado, ao excluir as massas (superexploradas) e se direcionar para a produção de bens suntuários, tornava-se incapaz de absorver a produção. Mantida a dependência, as exportações de capitais brasileiros se tornavam economicamente necessárias, pois suas condições de emergência, a superexploração e o aporte de capital externo, bloqueavam sua realização. Tanto capitais brasileiros quanto estrangeiros aos quais se associavam precisavam expandir-se para a América Latina, convertendo o país em plataforma de exportação de capitais estrangeiros (e seus sócios brasileiros) para os demais países.

Tomada sobretudo do ponto de vista econômico, tal como apresentada acima, a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente porém a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares. Marini e muitos outros autores desconsideram porém que um processo de industrialização de características substitutivas de importação voltava-se prioritariamente para o próprio mercado interno e que sua própria expansão alterava as condições deste mercado, excetuadas as situações – mais ou menos frequentes – de crises.

Em que pesem divergências e a necessária atualização da questão, o trabalho de Marini teve um papel matricial. Reafirmando as características da superexploração e da pequenez do mercado interno, cujos limites apontei acima, em 1977, Marini enfatizaria

outros elementos, que nos parecem essenciais, ao afirmar que o subimperialismo é:

“ la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza.” (Marini, 1977:17)

Esta definição aporta outros e cruciais elementos, sobretudo no sentido de uma relativa autonomia (econômica e política) na condução *política* da exportação de capitais. Admite portanto que, uma vez encetado tal processo, sua tendência é ampliar as desigualdades entre os países e, mantida e/ou aprofundada tal expansão, seu próprio movimento conduz a uma alteração das posições relativas entre os países, exigindo, no país predominante, a constituição de formas políticas adequadas a tal expansão imperialista.

Ora, como qualificar a atual transnacionalização de capitais brasileiros, que hoje se expressa através de investimentos externos diretos e da extração de mais-valor em países estrangeiros, sobretudo, mas não apenas, na América do Sul? Não se trata de uma questão de palavras, embora o termo subimperialismo seja impactante, por indicar a dupla relação do capital-imperialismo brasileiro – a de predomínio, por um lado, e de subalternidade, de outro.

O conceito forjado por Marini não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais *internas* ao país, nem das eventuais tensões inter-imperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital-imperialista chinesa.

Ademais, utilizar tal conceito envolve admitir as duas premissas centrais que o configuram e que criticamos acima: a escassez de mercado interno e a superexploração como traço estrutural periférico. Para dar conta do processo real em curso, é preciso incorporar as formas específicas de interpenetração de capitais no plano internacional, sob o predomínio do capital monetário contemporâneo, que conduziu a um aprofundamento da “união íntima” apontada por Lênin, em direção a uma *fusão pornográfica* de capitais das mais diversas procedências, cuja valorização exige e impõe as mais variadas formas de extração de sobretrabalho e de expropriação. Mais ainda, é preciso compreender as formas específicas da política capital-imperialista. Se identificar os traços que configuram as periferias segue sendo fundamental, estes não são estáveis e se alteram segundo as modalidades de dominação e subordinação em curso, sob uma nova escala de concentração de capitais e de divisão internacional do trabalho.

Por essa razão, considero que estamos diante – há já quase meio século – de uma nova fase do imperialismo, que envolve múltiplas dimensões da vida social e à qual denomino capital-imperialismo. O Brasil hoje integra o grupo desigual dos países capital-imperialistas, em posição subalterna. Como o último dos primeiros, em situação tensa e instável, depende de uma corrida alucinada de concentração de capitais que, a cada

passo, escancara crises sociais dramáticas.

A luta continua

As intensas transformações recentes na sociedade brasileira apontam para a crescente incorporação interna de características dominantes nas sociedades capital-imperialistas contemporâneas, ao lado de profunda desnacionalização. A democracia vem sendo tolhida de seu caráter igualitário e, em seu formato predominante na atualidade, demonstra sua adequação para esse capital-imperialismo, procurando apassivar o conjunto da classe trabalhadora através do recurso concomitante à violência e ao convencimento. Aqueles que supunham ser o desenvolvimento do capitalismo um salto civilizatório, com uma melhoria substantiva das condições de vida da população, podem se dar conta de que, sob as novas condições, se tornam mais espessas, ao contrário, a alienação, o estranhamento e mais dramática a desigualdade, com os 10% mais ricos dispendo de 75,4% da riqueza total brasileira em finais do século XX (CAMPOS et al, 2004: 28-29). A expansão do capital-imperialismo reduz as conquistas para o conjunto da classe trabalhadora no mundo e tende a avassalar a própria vida humana. Socializa crescentemente o processo de produção de mercadorias, mas expropria as conquistas que foram historicamente arrancadas em diversos países. Agudizam-se as contradições entre a existência humana no planeta e a acumulação capital-imperialista.

Complexifica-se, entretanto, o teor da luta de classes. Ao lado da extrema desigualdade interna que, malgrado os 'alívios' provisórios, continua a se aprofundar, avoluma-se uma desigualdade crescentemente cavada pelo capital-imperialismo entre as classes trabalhadoras no subcontinente sulamericano. Novos desenvolvimentismos e a permanência de políticas público-privadas de alívio e de superexploração, são a condição da manutenção interna dessa nova hegemonia do capital-imperialismo brasileiro.

Não obstante, as mesmas exigências que impulsionaram a fuga para a frente capital-imperialista da burguesia brasileira subalterna e prepotente, fermentam novas contradições, pois se traduzem numa ampliação vertiginosa da classe trabalhadora, contraposta a um punhado de grandes capital-imperialistas brasileiros e seus gigantes aliados de procedência externa, ainda que cercados de subservientes egressos do âmbito sindical. Assim como ao longo do século XX, tudo leva a crer que as exigências igualitárias retornarão, já tendo feito agora a experiência da democracia *menor* que o capital-imperialismo contemporâneo tem a oferecer.

BIBLIOGRAFIA

- Arantes, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos Abong*, n. 27, maio 2000.
- Bianchi, A. O ministério dos industriais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas-SP, UNICAMP, 2004.
- Bianchi, A. *Hegemonia em construção. A trajetória do PNBE*. SP, Xamã, 2001.
- Boito, Armando. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, 2005.
- Boschi, R. R. *Elites industriais e democracia*. Rio, Graal, 1979
- Boschi, R.R.; Diniz, E. e Santos, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. SP, Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- Campos, A. et al. (orgs.). *Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004. (Atlas da Exclusão Social, v. 3.)
- Campos, P.H.P. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia*

- brasileiras*. História & Luta de classes n. 6, nov 2008.
- Ceceña, Ana Esther. Os caminhos e os agentes do saque da América Latina. In: IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Coelho Neto, E. T. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- Diniz, E. e Boschi, R. R. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte, Ed. Da UFMG e Rio, Luperj, 2004.
- Diniz, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio, Paz e Terra, 1978
- Dreifus, R.A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985.
- Fernandes, F. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio, Zahar, 1975.
- Fontes, Virgínia. *Reflexões Im-pertinentes. História e Capitalismo contemporâneo*. Rio, Ed. Bom Texto, 2005.
- Garcia, Cyro. *PT: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- Giannotti, Vito. *A Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- Goulart, Linda; Arruda, Carlos Alberto e Brasil, Haroldo Vinagre. A evolução na dinâmica de internacionalização. *RBCE* n. 41, out. a dez 1994.
- Graneman, Sara. *Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- Guiot, A. P. *Um moderno Príncipe para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado, História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2002*. 2a. ed., Rio de Janeiro, 2004.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2005*. Rio de Janeiro, 2006.
- IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Landivar, N. Os padrões de comportamento das "transbrasileiras" no Equador: extra-territorialidade e responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Leal, V. Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 6ª ed., SP, Alfa-ômega, 1975.
- Leopoldi, M.A.P. *Política e Interesses na industrialização brasileira*. Rio, Paz e Terra, 2000.
- Luce, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- Marini, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis-Buenos Aires-Rio de Janeiro: Vozes-Clacso- LPP/Uerj, 2000.
- Martine, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980*. Brasília: Ipea, 1994. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2009.
- Martins, A. S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- Mattos, M.B. *Novos e velhos sindicalismos*. Niterói, Vício de Leitura, 1998.
- Mattos, Marcelo Badaró (coord). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio, Faperj/Arquivo Público, 2003
- Mattos, Marcelo Badaró (coord). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. Rio,

- Faperj/Bom Texto, 2004.
- Melo, Demian B. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 2009.
- Mendonça, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*, Niterói, Eduff, 2002
- Mendonça, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, SP, Hucitec, 1997
- Mendonça, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*, In: Stedile, J.P. (Org.) - *A questão agrária no Brasil*, vol. 5, SP, Expressão Popular, 2006
- Mendonça, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*, Niterói, Vício de Leitura, 1998
- Minela, Ary Cesar. Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil. *Ensaio FEE Porto Alegre* (17) 2:80-94, 1996.
- Neves, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias burguesas para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- Novoa, L. F. O Brasil e seu 'desbordamento': o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- O'Donnel, G. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: Reis, F.W. et O'Donnel, G. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.
- A crítica da razão dualista e O Ornitorrinco*. SP, Boitempo, 2003.
- Oliveira, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. & RIZEK, C. S. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Osório, J. Dependência e superexploração. In: Sader, E. & Santos, T. dos (coords.). *A América Latina e os desafios da globalização. Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora PUC-Boitempo, 2009.
- Pereira, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944-2008*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- Pronko, Marcela A. *Universidades del Trabajo en Argentina y Brasil*. B. Aires, Cinterfor, 2003.
- Saes, Decio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- Santos, W. G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- Sarti, F. & Laplane, M. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: Laplane, M.; Coutinho, L. & Hiratuka, C. (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003.
- Silva, Carla L.S. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de doutoramento em História. Niterói, UFF, 2005.
- Silva, M. L. A inserção internacional das grandes empresas brasileiras. In: Laplane, M.; Coutinho, L. & Hiratuka, C. (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003.
- Silva, M. A. M. & Melo, B. M. Soja, a expansão dos negócios. *Le monde diplomatique*, fev. 2009.
- Souto Jr., J. F. *Práticas assistenciais em sindicatos pernambucanos e cariocas, 1978-1998*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- Valeriano, M.D. *O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista: o fim da estabilidade no emprego e o FGTS*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF, 2008.
- Vianna, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4a. ed., rev., Belo Horizonte, Ed. UFMG,

1999.

Notas:

- [1] O conjunto das pesquisas realizadas por Sonia Regina de Mendonça (1997; 1998; 2002; 2006) é fundamental para a compreensão das classes dominantes agrárias e para qualquer estudo coerente sobre o Estado brasileiro.
- [2] Veja-se a comparação entre os procedimentos da burguesia argentina e brasileira em PRONKO, 2003, especialmente sobre a invenção do Senai e a 'exportação' desse modelo para outros países da América Latina.
- [3] Esse foi o caso, por exemplo, do setor calçadista gaúcho que, na década de 1980, exportou mais de US\$ 2 bilhões, em período de recessão do mercado interno. Com a retomada do mercado brasileiro, tal setor reduziria sua participação internacional. (Cf. Goulart, Arruda e Brasil, 1994: 37).
- [4] Nomeadamente, são exemplos disso as Cia. Vale do Rio Doce, Metal Leve, Cofap, Prensas Schuler, Toga, Gerdau, Gradiente, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mangels, Sadia, Duratex, Embraer, Toga, Staroup, Aços Vilares, Cotia Trading, Embraco, Forja Taurus, Hering, (*Id., ibid.*).
- [5] Vale ressaltar que tal necessidade não pode ser considerada como garantia da permanência de tal formato, o que se verifica inclusive pela continuidade de uma certa tutela interna concedida às Forças Armadas, em nome da manutenção da 'ordem', vagamente definida.
- [6] Ver os Censos de Capitais Estrangeiros no Brasil, realizados nos anos de 1995, 2000 e 2005 pelo Banco Central do Brasil, pelos quais sobe a participação internacional na economia brasileira de 23,7% do PIB, em 1995, até 45,9% do PIB em 2005. Disponível em <http://bcb.gov.br/?CENSOCE>, acesso em 15/08/2009.
- [7] De maneira sarcástica, Francisco de Oliveira comentaria que “essa capacidade de levar o consumo até os setores mais pobres da sociedade é ela mesma o mais poderoso narcótico social.” (Oliveira, 2003: 144).
- [8] Ver as denúncias de assassinatos de trabalhadores e de corrupção promovida pela Odebrecht no Equador em Landivar (2009: 116-26) e, sobretudo, o impressionante dossiê elaborado sobre os impactos e violações da Vale no mndo, resultado do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2010. Disponível em <http://atingidospelavale.wordpress.com/>, acesso em 01/05/2010.
- [9] “ O trabalho sem-formas inclui mais de 50% da força de trabalho e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002 (...), entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas transita 60% da força de trabalho brasileira” (...) “É o mesmo mecanismo do trabalho abstrato molecular-digital que extrai valor ao operar sobre formas desorganizadas do trabalho.” (OLIVEIRA, 2007: 4-5).
- [10] Sobre a atualidade do tema, ver OSORIO (2009: 167-87 , 176-7).
- [11] Por nacionalização do trabalho, estamos entendendo a generalização de um mesmo regime legal a todos os trabalhadores, com sinalização universalizante (FONTES, 2005).

* Professora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz; da Pós-Graduação em História da UFF e da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST. Pesquisadora do CNPq.

Este artigo procura oferecer uma visão extremamente sintética da segunda parte do meu livro *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*, Rio, Ed. UFRJ/Ed. EPSJV-Fiocruz, 2010 e complementa artigo anterior, intitulado “O capital-imperialismo: algumas características”.